

Resenha crítica do livro *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, de Yves Lacoste (editora Papirus, 1988, tradução de Maria Cecília França).

José William Vesentini\*

Editado originalmente em 1976 na França – e reeditado em 1985 com algumas correções e acréscimos, principalmente uma superficial autocrítica – este livro é considerado um clássico da chamada geografia crítica. Esta tradução foi feita a partir da edição de 1985, na qual o Autor manteve as suas idéias fundamentais e ao mesmo tempo procurou esclarecer determinadas dúvidas (ou responde a certas críticas) que a primeira edição havia suscitado. Na verdade, o Autor já tinha desenvolvido sua tese principal – aquela contida no título da obra, ou seja, que a “verdadeira geografia” é a geopolítica, que a geografia sempre serviu principalmente (embora não apenas) para fazer a guerra, para fins estratégicos – num artigo publicado em 1973<sup>1</sup>. Este livro retoma e amplia as reflexões contidas nesse artigo.

Tornou-se praticamente um consenso a afirmação segundo a qual esta obra de Lacoste – assim como a revista *Hérodote, revue de géographie et de géopolitique*, por ele idealizada e dirigida, cujo primeiro número também saiu em 1976 – constitui o trabalho seminal da geografia crítica. [Não devemos confundir, como muitos fazem, a geografia crítica inicialmente latina com a geografia radical anglo-saxônica existente desde o final dos anos 1960, apesar de uma aproximação recente, já neste novo século, quando alguns poucos autores desta última corrente – tais como Tim Unwin, Nicholas Blomley e outros – passaram a falar na transição ou metamorfose de uma geografia radical para uma crítica com base principalmente nos escritos de Habermas e na incorporação de outras correntes críticas além do marxismo (anarquismos, pensamento pós-moderno, feminismo, etc.). Destarte, a geografia crítica desde seu início, com Lacoste e sua entourage, buscou subsídios não apenas no marxismo (com reticências), mas principalmente no anarquismo e nas idéias de autores pós-estruturalistas ou pós-modernos como Foucault, por exemplo. Por outro lado, a geografia radical anglo-saxônica, pelo menos até recentemente, era de uma forma geral dogmaticamente marxista, fortemente marcada pela presença e influência de David Harvey (que colaborou, como autor secundário, no círculo parisiense capitaneado por Luis Althusser no início dos anos 1970, algo que até hoje marca profundamente seus trabalhos), de Neil Smith (um ex-orientando de Harvey) e outros com uma leitura mais ou menos semelhante do marxismo e da renovação geográfica].

---

\* Professor Livre Docente no Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo.

<sup>1</sup> LACOSTE, Y. A Geografia, in CHÂTELET, F. *A filosofia das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974, volume 7 da obra História da Filosofia, pp. 221-274. A edição original desta obra foi feita em 1973 pela *Librairie Hachette* de Paris.

A nosso ver, neste livro Lacoste procurou mostrar a enorme importância da geografia – um “saber estratégico”, indispensável não apenas para as guerras militares como também para qualquer forma de contestação ou luta *no* e *com* o espaço (greves, passeatas, demandas por melhorias no local, por uma maior qualidade de vida, etc.) – com vistas principalmente a dar uma resposta aos estudantes de 1968 que lhe indagaram “para que serve esta disciplina tão maçante?”. (Ele lecionava geografia para o curso de ciências sociais no *campus* da Universidade Paris X em Nanterre, exatamente o epicentro das contestações de maio de 1968!). Por sinal, dois acontecimentos marcantes e fundamentais para entender as idéias de Lacoste nesta obra foram a guerra do Vietnã (1959-1975) e as rebeliões estudantis do maio de 1968 na França. Estas lhe colocaram um desafio: o para que serve a geografia, qual é a sua utilidade além das “simplórias e entediadas aulas da disciplina no ensino básico”, como o autor ironiza (seria essa a percepção da maioria dos franceses naquela ocasião) no primeiro capítulo deste livro. E a guerra do Vietnã, o acontecimento internacional mais divulgado pela mídia dos anos 1960 até 1975 (além do grande número de mortos e de “experimentos” como o uso do napalm e de outras armas químicas ou bacteriológicas, da testagem de novos aviões ou helicópteros, etc., havia a percepção que o sudeste asiático seria o local onde se decidia o desfecho da guerra fria), de acordo com a leitura de Lacoste, era um exemplo perfeito do indispensável uso da geografia num conflito militar. Lacoste rotulou esse conflito de “guerra geográfica”. Portanto, os estudantes revoltosos lhe forneceram um desafio, um estímulo, e a guerra do Vietnã lhe forneceu uma resposta, um campo a ser pesquisado e que lhe daria a “chave” para a réplica.

Este livro representou não apenas o pontapé inicial da geografia crítica como também o resgate da geopolítica pela geografia e até mesmo pela academia, pelas universidades de uma forma geral. A partir dele o Autor deixou de lecionar geografia e passou a dirigir (e lecionar em) um curso interdisciplinar, que ele idealizou e montou, de “doutorado em geopolítica” no *campus* da Universidade Paris VII em Saint-Denis. Uma das idéias centrais do livro é que não existe uma única geopolítica, tal como se pensava de forma hegemônica até então, qual seja, aquela vilipendiada e identificada com o nazi-fascismo. Existiriam “outras geopolíticas” nas palavras de Lacoste, tanto aquelas dos Estados democráticos (dos Estados Unidos, por exemplo) como também as das empresas multi ou transnacionais e até mesmo as “dos dominados”, isto é, as estratégias espaciais dos que se revoltam, dos que se opõem ao poder dominante. Outra idéia fundamental do livro é que a “verdadeira” geografia, a “geografia fundamental” ou “dos Estados maiores” como Lacoste a denomina, seria a geopolítica, que na verdade existiria desde a mais tenra antiguidade (teria se iniciado com os primeiros mapas e o seu patrono seria Heródoto, que nessa leitura é visto como um estrategista a serviço do imperialismo ateniense). A outra seria a “geografia dos professores”, construída no século XIX por Humboldt e Ritter. Esta seria menos importante, seria mais uma espécie de “cortina de fumaça”, como escreve o Autor, que serviria primordialmente para obnubilar a importância estratégica da “verdadeira geografia”, da geopolítica enfim.

Este é um livro de leitura agradável, escrito para o grande público e não como um trabalho acadêmico, na verdade um verdadeiro “manifesto” ou “panfleto” no bom sentido da palavra, tal como o denominou François Châtelet. Por isso mesmo – e também pelas idéias revolucionárias (mesmo que contestáveis) que encerra – ele provocou um verdadeiro terremoto intelectual: teve inúmeras edições ou reedições, foi traduzido para um sem número de idiomas (do inglês ao japonês, passando pelo árabe, português, italiano, espanhol, alemão, etc.) e logrou uma cifra imensa (dezenas de milhares) de citações – apologias ou críticas – em livros acadêmicos, em periódicos especializados e até mesmo em jornais e revistas de grande tiragem.

Duas contribuições importantíssimas que esta obra trouxe foram as idéias de “raciocínio geográfico” e de “espacialidade diferencial”. Raciocínio geográfico segundo Lacoste seria uma habilidade ou competência, fundamental para o ensino da disciplina, que consiste em saber “pensar espacialmente”, aprender a raciocinar em termos de escala e de localização, enfim ponderar sobre o espaço para nele atuar de forma eficaz. Seria um tributo ou um subsídio – infelizmente, como assinala o Autor, pouco explorado pelos geógrafos e professores de geografia – para a cidadania, para os homens e mulheres aprenderem a se organizar, a lutar ou reivindicar de forma menos atabalhoada ou caótica. E espacialidade diferencial seria o entendimento de que um fenômeno tem significados diferentes de acordo com a sua escala, ou seja, que existem diversas ordens de grandeza na análise espacial e que os processos ou acontecimentos diferem em sua percepção de acordo com a ordem ou nível escalar no qual o analisamos.

Lacoste ainda argumenta que o público em geral e até mesmo os filósofos e cientistas sociais fazem um uso indiscriminado e acrítico de termos geográficos – tais como região, país, Norte e Sul, Leste e Oeste, centro e periferia, além de outros – que encerram toda uma ideologia, toda uma carga de comprometimento político que é negligenciada. Ele também fustiga os geógrafos por terem impedido ou cerceado as polêmicas e as discussões epistemológicas na geografia, que poderiam ajudar no avanço da ciência (tal como frequentemente ocorre em outras disciplinas), mas que em nosso caso teriam sido propositalmente rebaixadas ou transformadas em “intrigas de caráter pessoal”. E por fim procura revalorizar ou redescobrir a obra o geógrafo-anarquista Elisée Reclus, um dos líderes da Comuna de Paris de 1871 e que, segundo Lacoste, teria já percebido a importância estratégica da geografia e talvez por isso mesmo foi colocado no ostracismo pela geografia acadêmica.

Pelo menos uma das idéias essenciais deste livro tem uma visível influência de Foucault: quando Lacoste critica Marx e os marxismos por terem supervalorizado o tempo, a história, em detrimento do espaço, da geografia. Foucault, em um ensaio publicado no início dos anos 1970<sup>2</sup>, havia detectado uma depreciação do espaço em prol de uma temporalidade supervalorizada desde a Revolução Francesa e em especial no

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 212. Este livro na verdade é uma antologia de textos variados que Foucault publicou em diversas revistas (na Itália, na França, nos Estados Unidos) desde 1971.

século XIX por praticamente todas as correntes que construíram as ciências humanas – de Hegel até Marx, dos anarquismos até o positivismo. Lacoste retoma e amplia essa idéia afirmando que:

*É inútil destacar a importância das transformações que o marxismo provocou na história, na economia política e em outras ciências sociais. Ele trouxe não somente uma problemática e um instrumental conceitual, mas também determinou, em larga medida, o desenvolvimento dessa polêmica epistemológica e dessa vigilância quanto ao trabalho (...) Ora, até os anos sessenta os marxistas não haviam ainda se preocupado com a geografia, embora se trate de um saber cujo significado econômico, social e político é considerável. (...) É preciso, de início, constatar o silêncio, o “branco” em relação aos problemas espaciais, que caracteriza a obra de Marx. Quanto mais Marx organiza o seu raciocínio com referência constante ao tempo (e a história foi encontrada, reorganizada), mais ele se mostra indiferente aos problemas do espaço. (...) Enfim, a economia política marxista retomará os esquemas a-espaciais de O Capital, pronta, bem recentemente, a se precipitar sobre metáforas espaciais as mais escorregadias, como “centro” e “periferia”. (Lacoste, p. 139-41).*

Até agora nos limitamos a fazer uma espécie de descrição ou explicação sintética (bastante elogiosa, por sinal) do livro. Cabe agora mostrar alguns problemas, alguns quiproquós. Já na apresentação que escrevemos em 1988 para a edição deste livro em português<sup>3</sup>, havíamos assinalado certo fetichismo ou mitificação dos mapas, em especial das cartas feitas pelos Estados maiores, que para Lacoste seriam secretas, nunca destinadas aos cidadãos (especialmente nas sociedades autoritárias e totalitárias; na democracias podiam em alguns casos serem consultadas embora não compreendidas) e destinadas fundamentalmente ao exercício do poder, ao controle social pela via da manipulação ou da reorganização dos espaços. Havíamos também mostrado certo reducionismo na identificação da geograficidade (termo que Lacoste forjou em analogia com historicidade) com o cartografável, o que implica num empobrecimento dos temas estudáveis pela geografia. Podemos doravante ir um pouco mais longe, denunciando a identificação, a nosso ver espúria, que o Autor faz entre escalas cartográficas e geográficas, algo que contamina as suas idéias (no fundo ótimas) de raciocínio geográfico e de espacialidade diferencial. Lacoste, em nossa opinião de forma simplista, reduziu as escalas geográficas, que são antes de tudo qualitativas, às cartográficas, que são essencialmente quantitativas. Neste livro ele mencionou uma série de “escalas geográficas” em função de suas ordens de grandeza cartográficas (áreas que se medem em metros seriam uma escala, em centenas de metros outra, em até dezenas de quilômetros uma terceira, etc.), tendo sido neste item fiel à tradição geográfica francesa e alicerçando-se na ordem de grandeza dos geossistemas de George Bertrand, sua provável fonte de inspiração. Todavia, as escalas geográficas pressupõem mas não se confundem com as cartográficas. Estas servem de ponto de apoio, de base, assim como

---

<sup>3</sup> VESENTINI, J. W. Apresentação, in LACOSTE, Y. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra*, Campinas, Papirus, 1988, pp. 7-13.

a cronologia serve de base ou ponto de apoio para o tempo histórico, mas não se identifica com ele – a não ser para os tradicionalistas, para aqueles que pensam que história é apenas uma coleção de datas de guerras ou de reinados. Repetindo: a escala geográfica é essencialmente qualitativa e a escala cartográfica é tão somente quantitativa. Mas é lógico que o qualitativo também incorpora o quantitativo. O quantitativo é fundamental para o qualitativo, que, afinal de contas, precisa avaliar as coisas, comparar, estabelecer semelhanças e diferenças, em suma, dimensionar num certo sentido os fenômenos. Mas ele vai além disso. Vejamos, por exemplo, o conceito de região, essencial na geografia e que depende de uma série de fatores que vão criar certa identidade regional. E não primordialmente de sua dimensão, isto é, de um determinado nível de grandeza em termos de escala cartográfica. Existem regiões com dimensões extremamente diferentes. O conceito de região, por sinal, é relacional na medida em que também depende das outras áreas (uma região nunca existe sozinha), principalmente vizinhas ou que partilham do mesmo todo (um espaço maior), que vão permitir determinados contrastes (e interações) com essa região. Em suma, quando falamos em escalas geográficas não estamos nos referindo – embora isso esteja implícito, tal como a cronologia está implícita no tempo histórico, nos processos de curta, média ou longa duração – tão somente, nem principalmente, a dimensões medidas com precisão. São dimensões mais qualitativas. Do local ao global, como se diz atualmente, passando por várias escalas geográficas intermediárias: o município, o estado, a região dentro do país, o Estado nacional, o conjunto regional supranacional do qual nosso país é parte (um mercado continental ou subcontinental, por exemplo; e/ou um grupo identificado por um idioma ou por uma religião etc.). Mas as dimensões dessas escalas geográficas – ou que é um lugar, por exemplo, ou um território nacional – não são rígidas ou exatas tal como as mencionadas “ordens de grandeza” de Lacoste, mas sim variáveis ou circunstanciais. Elas dependem muito de cada situação em particular; existe aqui um elemento idiográfico: cada caso é um caso.

Dois outros percalços do livro são a subestimação da “geografia dos professores” e a supervalorização da geografia (ou melhor, da geopolítica) como “o” instrumento para a guerra, tal como aparece em especial na caracterização da guerra do Vietnã como uma “guerra geográfica”. A “geografia dos professores” é vista neste livro de Lacoste como um subproduto da geopolítica, na verdade como uma “cortina de fumaça” destinada a esconder a importância estratégica dessa “geografia fundamental”. É uma visão simplicadora e antes de tudo deformadora, que ignora toda uma imensa produção – pesquisas que resultaram em teses, estudos de casos ou monografias – que mostra o porquê surgiu, principalmente no século XIX, a geografia escolar: para ressocializar as pessoas, principalmente os jovens, preparando-os ou adaptando-os para a sociedade moderna, mercantil e urbanizada; para inculcar o nacionalismo (algo tão valorizado pelo típico patriota francês – mesmo sendo um *pied-noir* – Lacoste, que ojeriza o imperialismo norte-americano e ao mesmo tempo defende de forma intransigente os produtos e obras culturais franceses mesmo quando eles prejudicam os países

subdesenvolvidos<sup>4</sup>); e assim por diante. Mas nunca – a não ser nos devaneios de Lacoste – para esconder ou disfarçar a importância estratégica da geopolítica.

Quanto à supervalorização da “geografia fundamental” – ou seja, da geopolítica, por sinal uma identificação problemática na medida em que ignora toda uma história da geopolítica relativamente diferente daquela da geografia, além das acirradas polêmicas entre geógrafos e geopolíticos especialmente quando da enorme popularização da geopolítica com Haushofer – para os conflitos militares, também há um exagero. Sem dúvida que isso existe, ou seja, que há um uso constante e indispensável da geografia (mais até que da geopolítica, malgrado Lacoste identificar estes dois saberes), para a guerra. Mas também outros saberes ou ciências – desde a matemática e a estatística até a física, a química, a biologia, a antropologia, etc. – servem e são constantemente utilizados para fazer a guerra, para os conflitos militares ou mesmo para controlar uma dada população<sup>5</sup>. Em suma, todo conhecimento, principalmente toda ciência e não apenas a geografia, serve ou pode servir para o controle e a manipulação da natureza ou da população, serve enfim para a guerra tanto no sentido estrito (militar) como no sentido lato do termo. Com isso não pretendemos denegar o esforço de Lacoste para revalorizar a geografia, algo louvável e no fundo o seu objetivo último, tampouco a sua pertinente análise da importância estratégica dos conhecimentos geográficos. Mas valorizar ou realçar uma disciplina, uma ciência, não deve implicar numa desvalorização das demais, num exclusivismo ou corporativismo que não vê que as ciências no fundo têm objetivos em comum, todas elas se preocupam em compreender ou explicar a realidade, o mundo, tudo o que existe enfim.

São Paulo, setembro de 2009.

---

<sup>4</sup> Veja-se sobre isso o texto de LACOSTE, Y. Liquidar a geografia... Liquidar a idéia nacional?, in VESENTINI, J. W. (Org.), *Geografia e Ensino – Textos Críticos*, Campinas, Papirus, 1989, pp. 13- 82.

<sup>5</sup> Basta lembrar o estudo de Ruth Benedict (*O crisântemo e a espada*, editora Perspectiva, 1972), na verdade uma pesquisa antropológica feita durante a Segunda Guerra Mundial com japoneses a pedido do governo norte-americano para entender a cultura – no fundo, para saber interrogar os prisioneiros com vistas a obter informações vitais – japonesa durante o conflito, porque, segundo as palavras da Autora, “Os japoneses foram os inimigos mais hostis jamais enfrentados pelos Estados Unidos numa guerra total”. (p. 9). Basta lembrar ainda do uso da psicologia – até mesmo nas cores e desenhos dos helicópteros norte-americanos – na guerra do Vietnã, do uso da física nuclear para fazer armamentos atômicos (e na verdade todos os outros que demandam tecnologia), do uso da química para armamentos químicos ou do uso da informática nos conflitos atuais. Sem dúvida que também os conhecimentos geográficos – e os mapas – são fundamentais para a guerra, mas não apenas ou primordialmente como advoga Lacoste.